

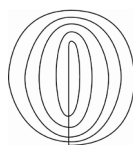
Versão PDF do artigo

PERCEPÇÃO

da EDIÇÃO DE 2014 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2014 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Percepção
Copyright © 2014 do autor
Luís Estevinha Rodrigues

Todos os direitos reservados

Resumo

Este artigo submete uma visão ampla dos principais problemas filosóficos associados à percepção sensorial humana. Não propondo uma discussão focada ou detalhada de qualquer desses problemas, o texto tem por objectivo servir de ponto de partida para o seu estudo.

Palavras-chave

Percepção Sensorial, Experiência Perceptual, Ilusão Perceptual, Alucinação Perceptual, Conhecimento

Abstract

This paper offers a broad perspective of the main philosophical problems concerning human sensorial perception. Not submitting a detailed or focused debate around any of these problems, the text is intended to serve as a point of departure for their study.

Keywords

Sensory Perception, Perceptual Experience, Perceptual Illusion, Perceptual Hallucination, Knowledge

Percepção

Introdução

É geralmente aceite que o exercício da visão, audição, olfacto, tacto e paladar, isoladamente ou em conjunto, permite-nos apreender uma certa realidade exterior à nossa mente – o chamado mundo externo. Este exercício de captar o mundo extra mental por via dos sentidos é há muito chamado percepção sensorial (doravante quase sempre apenas designada por percepção). A sua importância é grande para os seres humanos (e para muitos outros animais), uma vez que se constitui como uma fonte de conhecimento e por conseguinte um motor eficaz da acção. Esta visão descomplicada e até ingénua da percepção aceite pelo senso comum é no entanto apenas o mote para muitos problemas de carácter científico ou filosófico. Os dois principais problemas a respeito da percepção que poderão ser abordados a partir das ciências empíricas parecem ser os seguintes: (1) quais os sistemas e processos neurofisiológicos que estão na origem da capacidade de perceber e (2) de que modo esses sistemas e processos foram sendo *naturalmente* gerados ao longo de muito tempo e através de muitas espécies que antecederam o *homo sapiens*. Estes parecem realmente ser problemas empíricos e, como tal, não cabem por norma em textos que tentam apresentar concepções filosóficas da percepção, dos processos *mentais* que lhe estão na origem e dos resultados *mentais* que deles parecem derivar. Com efeito, uma coisa é explicar o mecanismo *físico* na origem de uma determinada percepção e outra, bem diferente da primeira, é explicar que estado mental é esse, qual o seu conteúdo fenomenal, que tipo de experiência emana desse conteúdo e, finalmente, de que modo essa experiência pode ser fundadora de conhecimento. São estes últimos problemas e não os primeiros que ocupam esta entrada sobre percepção. Ela contém três secções. A Secção 1 descreve resumidamente as teorias acerca da existência e natureza dos objectos percebidos. Na Secção 2 o foco é colocado nas teorias contemporâneas da percepção e nos conteúdos da experiência perceptual. A secção 3 é dedicada à relação entre a percepção e o conhecimento.

1 Percepção e realidade

A tentativa de esclarecer a natureza da percepção, seus processos, resultados e eficácia remonta no mínimo até ao *Da Alma*¹, de Aristóteles. Na tradição filosófica ocidental, o tema tem captado desde essa altura (e talvez até antes disso) o interesse de muitos investigadores. Esses temas cruzaram a história da filosofia, adentrando as agendas de pensadores medievais, renascentistas, modernos e contemporâneos.²

Existem duas categorias distintas de teorias da percepção. Numa primeira categoria incluem-se posições teóricas acerca da existência e tipo dos objectos da percepção. Neste nível explicativo encontramos o realismo directo, o idealismo e o realismo indirecto. No segundo nível (que será tratado na Secção 2) encontram-se as teorias da percepção que tratam os processos mentais e não mentais na origem da percepção, assim como a natureza dos conteúdos desta última e a estrutura e possibilidade da experiência perceptual. Como termos oportunidade de ver, as teorias pertencentes à segunda categoria são por norma encaixadas numa das grandes províncias teóricas incluídas na primeira categoria.

1.1 *Realismo directo*

É inegável que a vivência quotidiana nos leva a muitas vezes a aceitar tacitamente que o mundo é tal como nos *aparece* por intermédio dos nossos sentidos. Fora dos contextos de investigação científica ou filosófica, existe uma forte tendência para aceitarmos, quase sempre de forma inconsciente, a impressão *ingénua* de que o campo diante de nós é realmente verde, ou que o avião cruzando as altitudes produz de facto *aquele* som, ou que *aquela* rosa tem *aquele* odor específico, etc. Essa impressão é ainda mais acentuada pelo modo como graças a essas percepções conseguimos interagir de forma aparentemente bem-sucedida com os objetos que, também aparentemente, lhe estão na origem. Por exemplo, o cheiro desagradável de um alimento faz-nos pensar se devemos ou não ingeri-lo. Comparar a situação em

¹ Principalmente a partir de 416b-30.

² Ver, por exemplo, Knuuttila and Karkkainen (2008) *Theories of Perception in Medieval and Early Modern Philosophy*.

que não ingerimos esse alimento e com isso evitamos um distúrbio gástrico com a situação em que o fizemos e ficamos doentes aviva ainda mais a impressão de que aquele alimento tem determinadas propriedades que podem ser identificadas *directamente* pela nossa percepção. Daí até à aceitação de que o mundo é realmente como tal como o julgamos apreender por via da percepção vai um geralmente um pequeno passo. A recorrente eficácia das nossas acções motivadas pela nossa experiência perceptual milita pois a favor da nossa impressão realista e ingénua de que o mundo é tal como é descrito pela experiência perceptual.

O realismo ingénua é a teoria de que a percepção capta e exhibe o mundo externo e os seus objectos tal como eles são em si mesmos. Assim, nas suas diversas manifestações, o realismo perceptual ingénua *garante* em simultâneo a existência do mundo externo, dos seus constituintes e a veracidade da nossa experiência perceptual.

Por outro lado, o realismo ingénua costuma sustentar que o acto de percepção é directo ou imediato. Isto significa que esse acto não exige a concorrência de qualquer entidade, física ou mental, que intervenha entre a mente que percepção e o objecto percebido pertencente ao mundo físico extra mental. Quando acrescentada à defesas da posição ingénua acima descrita, a defesa desta alegada propriedade da imediatez da percepção forma a posição teórica conhecida por realismo directo ingénua.

Audi (2011) sugere que numa formulação mais sofisticada e menos ingénua do realismo perceptual, que apelida de teoria causal da percepção, o realismo perceptual parece apoiar-se na necessidade da existência de uma relação de causalidade, alegadamente unidireccional – do objecto para a mente –, que sucede entre as coisas no mundo externo e as imagens mentais resultantes do acto de perceber. Assim, mantendo a posição realista, é para ele possível discernir no acto de perceber uma estrutura de causalidade que supera a simplicidade e pobreza explicativas do realismo directo ingénua. Nessa linha, o acto de perceber incluiria mais do que os dois elementos tradicionais: o sujeito que percepção e objecto percebido. Incluiria também, além destes dois, “...a experiência sensível na qual o objecto aparece ao sujeito que percepção, e a relação causal que ocorre entre o objecto e esse sujeito” (Audi 2011: 39).

O realismo directo ingénuo, nas suas formas simples ou mais sofisticadas, debate-se com vários problemas. Os mais conhecidos são os problemas da ilusão perceptual e da alucinação (problemas que iremos visitar com maior detalhe na Secção 3). Antecipando um pouco, no caso da ilusão perceptual o objecto percebido não é de facto tal como aparece ao sujeito que percebe. E nos casos de alucinação não existe sequer o objecto que “aparece” ao sujeito por via do que parece ser um acto de percepção. Estes dois casos militam naturalmente contra a perspectiva realista e ingénua de que a percepção entrega ao sujeito objectos e que, mais ainda, os entrega como eles de facto são.

1.2 *Idealismo*

Na sua forma mais extrema, o idealismo é a posição segundo a qual o que é apenas o é na medida em que é percebido. O jargão remete-nos para o *Tratado do Conhecimento Humano*³, de Berkeley, no qual essa tese é defendida. Assim concebido, o idealismo opõe-se ao realismo.

Nem todas as formas de idealismo se descomprometem porém com a existência de entidades extra mentais. O célebre idealismo transcendental que Kant defende na *Crítica da Razão Pura* é o paradigma de um certo tipo de idealismo que, admitindo a existência de coisas independentes da mente, coisas que podem ser e são percebidas, nega contudo que delas possamos criar representações exactas (cópias mentais idênticas ao objecto). O idealismo transcendental distingue aquilo que *aparece* por via da Sensibilidade (um misto de aparelho sensorial físico e de propriedades transcendentais da percepção, nomeadamente as intuições puras *a priori* de espaço e tempo) e com a concorrência de categorias do entendimento, o *phai-noumenon*, daquilo que é o objecto *em si* e *por si* mesmo, ou seja, o *noumenon*. Assim, segundo esta teoria, o conteúdo perceptual não pode ser, estritamente falando, a coisa no mundo externo que está na sua origem, mas sim o fenómeno, o que aparece dessa coisa, o que resulta da confluência das impressões originárias dos sentidos quando enquadradas por determinadas categorias do entendimento.

³ ‘Dos Princípios do Entendimento Humano’, §3.

O idealismo transcendental de Kant é por isso rotulado de fenomenalismo, estando na raiz de muitas teorias fenomenológicas da percepção subsequentes.

1.3 *Realismo indirecto*

Crucialmente, as teorias da percepção que se incluem no realismo indirecto comprometem-se com a existência do objecto extra mental percebido e com a ideia de que o acto de perceber ocorre sempre de forma mediata; isto é, com a concorrência de entidades (mentais ou extra mentais) que não sendo nem o acto perceptivo nem o objecto percebido permitem que esse acto resulte em determinados conteúdos mentais, que por sua vez estão na base de uma determinada experiência perceptual.

As fronteiras que separam algumas espécies de fenomenalismo e realismo perceptual indirecto nem sempre têm os contornos bem definidos. Na verdade, a maior parte dos comentadores prefere catalogar os vários tipos de fenomenalismo disponíveis na tradição filosófica como manifestações de realismo indirecto. Não é para nós contudo perfeitamente claro que essa catalogação seja imaculada. Parece-nos que algumas formas de realismo indirecto e algumas formas de fenomenalismo têm diferenças fundamentais quanto ao modo como interpretam os objectos percebidos. Embora ambos presumam que a percepção é um processo mediado e temporalmente mediato, nem todas as formas de fenomenalismo concordam com todas as formas de realismo indirecto acerca da possibilidade de o conteúdo perceptual nos permitir aceder ao objecto tal como ele é em si mesmo. A posição kantiana fenomenalista acima descrita não se compromete a esse respeito, mas não é absurdo admitir que é possível ser-se realista indirecto e ainda assim admitir que a percepção entrega às nossas mentes os objectos externos tal como eles são em si mesmos, sem distorção causada pelo entidade que serve de *medium*, digamos assim.

2 Teorias da percepção

Nesta secção resumem-se as principais correntes filosóficas acerca da natureza da percepção e de como ela nos relaciona com o mundo externo.

2.1 Empirismo e teorias dos dados dos sentidos

Locke (1689: Livro II, §§ 11-12) famosamente sugeriu que se algumas propriedades intrínsecas dos objetos físicos, vulgarmente apelidadas de propriedades *originárias* ou *primárias* (e.g., extensão, figura, massa), estão na origem de estados mentais (ideias dessas propriedades e dos próprios objectos), e se a mente e esses objectos não estão fisicamente unidos, quer dizer, se existe espaço físico entre eles, então existe algo que medeia, “corpos individuais imperceptíveis”, e transporta, via sensação, essas qualidades desde os objetos até ao cérebro, produzindo ou causando nesse órgão estados mentais representativos dessas qualidades primárias. Por outro lado, essas qualidades dos corpos parecem produzir o que Locke apelidou de qualidades secundárias (Locke (1689: Livro II, §14)). Estas últimas não são propriedades intrínsecas das coisas com algum tipo de realidade ontológica independente das qualidades primárias (Locke (1689: Livro II, §15)). As qualidades secundárias das coisas resultam do *poder* que as qualidades primárias têm de gerar em nós sensações e ideias.

Esta perspectiva empirista do funcionamento da percepção inaugurou na modernidade a chamada teoria dos dados dos sentidos (*Sense Datum Theory*, doravante TDS). A TDS, defendida por exemplo por Moore (1913) e Russell (2001) é essencialmente a posição teórica de que perceber um objecto físico é o acto de apreender *dados dos sentidos*. Estes são basicamente pedaços de informação sensorial, *bits* sensoriais (possuindo ou não conteúdo conceptual) que têm a sua origem causal no objecto percebido, sendo efectivamente um resultado da *interacção* do aparelho sensorial que percebe e do objecto percebido. Segundo Crane (2011: 3.1.1), se uma versão específica de TDS *aceita* a existência de objectos físicos extra mentais causadores dos dados dos sentidos, então essa é também uma versão de realismo indireto. Se todavia uma versão de TDS *nega* ou se *descompromete* relativamente à existência desses objetos, então essa é uma versão idealista ou fenomenalista.

Existem duas objecções centrais aplicáveis à maior parte das teorias que defendem a noção de dados dos sentidos. A primeira remete para ideia de que se forem reais essas misteriosas entidades mediadoras entre o mundo externo e a representação mental desse mundo, então elas produzirão “véu” que se interpõe entre o agente que percebe e o mundo externo. Se assim for, prossegue a objecção, segue-se que a percepção sensorial nunca poderá mostrar à mente o mundo externo tal como ele é de facto (ou como se supõe que ele seja). Esta objecção sustenta-se na pressuposição, optimista e realista, acerca do mundo externo, segundo a qual esse mundo tem por si conteúdos e configurações que os agentes podem apreender. Mas isso é justamente o que está em jogo, e o que TDS tenta esclarecer é que esse mundo não é dado directamente à mente.

Por outro lado, é hábito questionar-se a natureza dos dados dos sentidos. Que tipo de entidades são essas? São físicas? São imateriais? São apenas mentais? As questões de saber que tipo de estrutura e consistência ontológicas terão os dados dos sentidos, se esses dados existirem, são muitas vezes arremessadas como objecções à TDS. As réplicas mais habituais passam pela sugestão de que esses dados são elementos constituintes da experiência perceptual, por exemplo, *qualia* ou outras propriedades mais complexas dessa mesma experiência.

2.2 Teoria adverbial

A TDS e as suas subespécies são com frequência rotuladas teorias acto-objecto. Seja lá como for que essas teorias concebem a ontologia dos dados dos sentidos, elas pressupõem sempre que perceber envolve sempre a realçar entre um acto do agente que percebe e um objecto (um dado dos sentidos). As teorias adverbiais da percepção costumam dispensar essa relação acto-objecto, explicando a percepção somente em termos do próprio acto dos sentidos de captar o mundo externo e os seus conteúdos e de uma determinada prática linguística. Assim, segundo a maior parte das variantes dessa teoria, quando alguém *vê* por exemplo o verde de um campo (quer dizer, quando a alguém *aparece* um campo verde por meio da sua visão), então o conteúdo dessa experiência perceptual é descrito e compreensível linguisticamente por meio do uso de advérbios que, modifican-

do o sentido originário do verbo indicador do acto perceptivo – ver, aparecer, etc. –, dão conta desse conteúdo dessa experiência.⁴ No nosso exemplo perceber o verde do campo é uma questão de *ver* ou *aparecer* (algo) *esverdeadamente*. E perceber uma figura elíptica é somente o acto de apreender *elípticamente* (Audi (2011: 47)).

As diversas teorias adverbiais da percepção são pois geralmente vistas como teorias acto-acto. Mas esse parece justamente ser um problema para elas, uma vez que, pelo menos *prima facie*, uma explicação convincente acerca da natureza da percepção, dos seus processos e conteúdo parece exigir por defeito uma relação entre um acto perceptivo, sediado maioritariamente no agente, e um objecto que é externo a esse acto (ou no mínimo ao agente). Pensar a percepção de outra maneira parece de algum modo esvaziar o próprio conceito de percepção e o significado do termo ‘percepção’, uma vez que, no seu sentido original, perceber parece exigir que se percepcione algo. Se assim não fosse, seria por exemplo descabido diferenciar funcionalmente a alucinação da percepção (ver abaixo o problema da alucinação).

Jackson (1975) introduz aquela que é considerada por muitos a mais famosa objecção à teoria adverbial da percepção. *Grosso modo*, a teoria adverbial tem dificuldade em explicar como os agentes podem diferenciar experiências perceptuais cujo conteúdo inclui percepções compostas, ou seja, percepções cujo conteúdo inclui diversas propriedades perceptuais. Robinson (1994) elucida o problema do seguinte modo:

A teoria adverbial tem de lidar com a complexidade que emana da disposição de diferentes posicionamentos num *medium* estendido de uma forma que não atribua propriedades espaciais aos conteúdos da experiência visual...Suponha que alguém está a experienciar ao mesmo tempo um quadrado vermelho e um círculo verde. Essa pessoa irá perceber [experienciar] *vermelheza*, *quadratura*, *verdeza* e *circularidade*. Mas esta caracterização é ambígua entre o perceber um quadrado vermelho e um círculo verde ou um quadrado verde e um círculo vermelho. Se fossemos autorizados a usar um campo visual estendido como *medium* para esses conteúdos, eles não apresentariam qualquer problema. A dificuldade está em como expressar adequadamente a complexidade sem invocar algo de natureza tão objectual como um campo estendido (Robinson 1994: 180-81, tradução e itálicos meus).

⁴ Sobre o *adverbialismo*, ver por exemplo Tye (1984).

Sendo que esta dificuldade parece não ainda ter sido resolvida pelos defensores da teoria adverbial, está aparentemente em disputa o poder explicativo desta teoria no que respeita a elucidar o modo *como* percebemos e o *que* de facto percebemos.⁵

2.3 *Intensionalismo/representacionismo*

Grosso modo, as teorias *intensionais* (ou *representacionais*) da percepção pautam-se pela aceitação de conteúdos *intensionais* da experiência perceptual.⁶ As noções de conteúdos intensionais da mente, da consciência e das experiências perceptivas podem ser rastreadas até à escolástica medieval (Crane (2011: 3.3)). Reconhecidamente, segundo Crane, essas noções ganharam peso na psicologia filosófica de Brentano e na fenomenologia de Husserl. A ideia básica subjacente à noção de intensionalidade é a seguinte: a mente e os diversos estados mentais (como crenças, desejos ou actos perceptivos) direccionam-se sempre *em primeiro lugar* para um determinado objecto interno.⁷

A natureza destes objectos internos é matéria de vasta disputa entre filósofos. Porém, no que toca ao alegado conteúdo dos actos mentais de percepção, a perspectiva mais favorecida parece ser a de que esses objectos internos são *qualia* (ver entrada neste Compêndio). Outras perspectivas defendem outros conteúdos intensionais mais complexos, como por exemplo proposições completas (Searle (1983: 57)). Em todo o caso, não parece existir um consenso a respeito do que podem ser estes objectos internos que alegadamente se estabelecem como os conteúdos da experiência perceptual.

Relativamente aos *conteúdos* da experiência perceptiva, as teorias intensionais ou representacionais da percepção não parecem posicionar-se de forma muito mais eficaz do que a TDS ou a teoria adverbial. Com efeito, as teorias intensionais substituem os *explicanda* relativos

⁵ Agradeço a Manuel García-Carpintero o esclarecimento deste ponto e a sua opinião a respeito de esta ser a principal objecção movida ao adverbialismo.

⁶ O leitor deve estar ciente que ‘intensão’, assim grafado com ‘s’, tem um significado diferente de ‘intenção’. No primeiro caso denota-se um conteúdo ou objecto mental, enquanto o uso da segunda expressão indica, geralmente, uma volição (ou algo que a precede ou a sucede).

⁷ Sobre o *intensionalismo*, ver por exemplo Byrne 2001.

a esses conteúdos dados por estas últimas teorias por *explicanda* tão ou mais ontologicamente misteriosos do que os oferecidos por essas mesmas teorias.

Outro ponto que faz de muitas teorias intensionais explicativamente problemáticas é o facto de suporem uma indistinção entre (1) os casos em que o objecto intencional que dá substância ao conteúdo perceptual possui efectivamente uma referência extra mental e (2) os casos de alucinação perceptual nos quais esse objecto é inexistente. Para vários modelos da teoria intencional do conteúdo da experiência perceptiva, o carácter fenoménico dessa experiência é indistinto nos casos (1) e (2), pois o que é alvo de percepção não é um objecto externo para o objecto interno, intencional. Sendo assim, essas teorias têm dificuldade em explicitar de forma plausível o que pode distinguir a percepção verídica, a percepção relativa ao caso em que o agente percebe objectos do e no mundo externo (no mundo espaço-temporal), e a percepção inverídica, aquele tipo de percepção, se assim se lhe pode chamar, que não tem o cunho da factividade ou da objectividade extra mental. Assim, se o agente não consegue distinguir verdade de falsidade *apenas* por via de inspecionar o conteúdo da sua experiência perceptual, a sua posição cognitiva fica aparentemente abalada. Embora este problema não seja em absoluto determinante da implausibilidade das teorias intensionais, uma vez que apenas supõe a falibilidade do conhecimento adquirido via percepção, parece no entanto deixá-las menos apelativas acerca do que deveria idealmente ser a relação agente-mundo estabelecida por via da percepção.

2.4 *Anti-representacionismo*

Na linha do que é quase sempre feito na literatura, tome-se a percepção visual como o paradigma de percepção sensorial. Existem duas correntes positivas de pensamento acerca da natureza e alcance da percepção visual. A primeira, a mais ortodoxa, inclui as chamadas teorias da representação (Fodor and Pylyshyn 1981), segundo as quais, *grosso modo*, a visão e percepção são processos físicos e mentais através dos quais o cérebro e a mente formam representações da realidade. A segunda corrente, menos ortodoxa que a primeira, é constituída por um grupo de teorias que podemos chamar teo-

rias anti-representação, uma vez que o traço comum a todas elas e distintivo de todas as outras consiste no facto de rejeitarem a perspectiva segundo a qual a percepção visual fornece representações da realidade. Os mais salientes exemplares desta última corrente são talvez a Teoria Ecológica de Gibson (1979) e a Teoria Senso-motora da percepção visual, de Noë (2001). Paralelamente a estas correntes positivas corre a Teoria da Grande Ilusão (Ballard 2002), a qual, como o próprio nome indica, não partilha a com as anteriores a defesa dos poderes informativos e discriminatórios da percepção visual. Segundo Noë (2002: 1), por exemplo, essa corrente subscreve um novo tipo de cepticismo contra as teorias representacionais. A teoria da Grande Ilusão sustenta que a ideia, conhecida por Concepção Fotográfica da Evidência Visual, segundo a qual o exercício da visão pode dar-nos representações claras e precisas da realidade, é manifestamente falsa. A acusação de falsidade apoia-se nos resultados de estudos empíricos que alegadamente demonstram que certos eventos escapam ao agente que vê, quer seja porque a capacidade de ver diminui na periferia do campo visual, quer seja pelo facto de determinados exercícios da visão não conseguirem detalhar numa única imagem ou conjunto de imagens toda a informação disponível no campo visual do agente: os fenómenos de cegueira-à-mudança e cegueira-por-inatenção (Ludwig (2006: 260)).

Viger (2006: 275) alega que apesar de o propósito da percepção nem sempre ser oferecer representações precisas, há contudo muitos casos de percepção nos quais a representação é imprecisa mas *útil* do ponto de vista prático. Viger sustenta que o facto de o nosso aparato sensorial, considerado no seu todo, e o aparato visual, mais particularmente, estarem dispostos de maneira a produzir percepções imprecisas, pode trazer vantagens para o agente! Por exemplo, o facto de o aparato visual exagerar por vezes as cores permite, alegadamente, uma melhor discriminação das mesmas, vindo isso a refletir-se em vantagens práticas – melhor discriminação da cor de um cogumelo em ambientes de parca iluminação, permitindo assim ao agente não ingerir um cogumelo venenoso. Um outro exemplo desta vantagem prática da imprecisão representacional é, ainda segundo Viger, o facto de os termo-receptores de temperatura dos seres humanos não fornecerem a estes percepções exactas, uma vez que permite, por exemplo, evitar uma queimadura ao não tocar numa superfície quen-

te é percebida como muito quente, isto apesar de esse agente não obter uma “leitura” perceptual exacta da temperatura.

A literatura aponta a Teoria Ecológica da Visão de Gibson (1979) como exemplificativa da concepção heterodoxa da percepção visual, uma concepção segundo a qual esta não consiste num processo de formação de representações estáticas e precisas do mundo. Noë and Thompson afirmam que segundo a teoria de Gibson “(...) a função da visão é manter quem percebe em contacto com o ambiente e guiar a sua acção, não produzir experiências e representações internas” (Noë and Thompson 2002: 2). Contra o representacionismo do realismo e intensionalismo, por exemplo, Gibson defende que a percepção visual é directa, no sentido em que não é mediada por dados dos sentidos ou sensações visuais. A informação não é, neste caso, representação. É informação de tipo óptico e não aferente, o que significa que não se trata de informação captada pelos *foto-receptores* da retina gerando sinais que por sua vez são interpretados pelo cérebro e por ele usados para gerar representações. Para Gibson, a informação é gerada e compreendida por todo o aparelho sensorial, o qual dá conta das invariáveis estruturais presentes na luz que chega a esse aparato.

A Teoria Senso-motora da percepção visual de Noë and O’Reagan (2001: 79-103) alinha pelo mesmo género de heterodoxia exibido pela Teoria Ecológica. A teoria postula que a visão não é algo que aconteça no cérebro. Ver é uma actividade estendida no tempo, exercida por todo o aparato sensorial visual, um intercâmbio entre esse aparato e a realidade (e seus integrantes). É, neste sentido lato, uma actividade de rastrear e mapear o ambiente. Mais especificamente, o processo de ver passa por dar conta das contingências senso-motoras quando ocorrem alterações no aparato visual (mover os olhos, piscar, captar activamente variações cromáticas, etc.). Por exemplo, é notar, no decorrer do tempo, a diferença de perspectiva de uma maçã, ao rastrear visualmente esse objecto. A percepção visual humana é portanto, neste sentido, o resultado de uma espécie de apreensão das informações que resultam das alterações que ocorrem (num objecto) aquando do exercício de rastrear (sintonizar e reconhecer) os objectos usando o aparato sensorial visual (tornado possível graças ao facto de os agentes possuírem um determinado conhecimento prático).

3 Percepção e conhecimento

A percepção e os seus conteúdos são importantes principalmente, mas não só, na medida em que podem estar na origem de conhecimento. Assumindo que o conhecimento implica que tenhamos crenças, e assumindo também que muitas das nossas crenças têm origem naquilo que percebemos, importa ver até que ponto podemos confiar na percepção para nos dar ou facilitar esse conhecimento (perceptual). Esta secção é dedicada a apresentar sumariamente essa relação entre crenças perceptuais e conhecimento.

3.1 *Acerca da experiência perceptual e seus conteúdos*

Como temos vindo a insinuar, a experiência perceptual tem para nós um forte valor instrumental. Mas o que é essa experiência? Quer dizer, em que consiste? Qual o seu conteúdo? E qual o *status* epistemológico das nossas experiências perceptuais? Quer dizer, são verídicas ou inverídicas? E de que modo este conteúdo nos garante a existência de um mundo extra mental ou independente da mente? Estas são questões titânicas que não podemos tratar com pormenor neste artigo. Acompanhando Siegel (2013) podemos no entanto indicar algumas das respostas mais salientes, focando-nos principalmente no tópico das virtudes epistémicas da experiência perceptual.

Considere-se, por exemplo, a perspectiva visual que alguém pode ter de uma superfície que sendo *originalmente* vermelha parece azul quando iluminada por um determinado tipo de luz. Que tipo de conteúdo tem essa experiência perceptual, aquilo que aparece à mente, e de que modo se pode afirmar que ela satisfaz a exigência de veracidade? Considere-se também o famoso caso do membro fantasma. Alguém que teve por exemplo um braço amputado e continua a registar mentalmente a “presença” desse membro, no que pode ser apelidado de uma experiência perceptual. O principal problema colocado por estas situações parece ser o de existirem ou não critérios de verificação da experiência perceptual. Há quem defenda que os conteúdos perceptuais têm uma independência em relação aos seus alegados objectos (ver abaixo a secção sobre disjuntivismo). Outros defendem que a experiência perceptual está, ou pode estar, efectivamente desconectada do mundo externo e que os conteúdos da percepção não

oferecem necessariamente uma imagem verídica desse mundo. Por conseguinte, é importante descobrir quais são os conteúdos *fenomenológicos* da experiência perceptual, que tipos há de conteúdos, e de que modo eles contribuem para ligar as nossas mentes a um mundo que parece ser independente delas.

Siegel (2013: Secção 3) compila e descreve várias propostas acerca da natureza desses conteúdos. São eles: *modos de apresentação* fregeanos, basicamente, pensamentos e significados que não demandam a presença das coisas por eles alegadamente referenciadas; conteúdos *russelianos*, os quais consistem basicamente nas coisas (objectos, entidades, etc.) e suas propriedades quando descritas em proposições linguisticamente estruturadas; conteúdos perceptuais podem ser identificados com conjuntos de mundos possíveis, nos quais um ocorre um determinado objecto que é alvo de percepção: conteúdos perceptuais são formas de ser do mundo especificáveis linguisticamente por intermédio de indexicais como ‘aqui’, ‘ali’, ‘há dois segundos’, etc.; conteúdos ecléticos, ou seja, conjuntos contendo conteúdos dos tipos acima discriminados.

Paralelamente ao problema do conteúdo da experiência perceptual correm os problemas das propriedades percebidas dos ou nos objectos extra mentais, da natureza conceptual ou não conceptual dos conteúdos da experiência perceptual e do “dado perceptual” que pode alegadamente justificar crenças básicas (ver discussão acerca do fundacionismo). Estes são problemas extensos e de direito próprio que não cabem nesta entrada.

3.2 O problema da ilusão perceptual

De uma maneira ou de outra, os problemas mencionados no final da secção anterior colocam-se *também* em função de dois problemas clássicos que parecem militar contra a possibilidade de a experiência perceptual se estabelecer como fonte fiável de verdade e conhecimento. O primeiro é o *problema da ilusão perceptual* (PIP), o segundo é o *problema da alucinação perceptual* (PAP).

Muito embora os argumentos cépticos na base do PIP e do PAP possuam uma estrutura similar e sejam apresentados de forma mais ou menos *standard* na literatura, nem são o mesmo argumento nem

são sempre apresentados da mesma forma.⁸ Esta entrada opta por uma formulação própria dos dois argumentos.

PIP:

1: Existem *aleadamente* dois modos de perceber objectos no mundo externo: um modo verídico e um modo ilusório, ou inverídico (suposição teórica).

2: No modo ilusório, a percepção apresenta — via experiência sensorial e respectivo conteúdo fenoménico — o objeto *O* com determinada propriedade *F* que *O* não possuiu (*e.g.*: a putativa curvatura de uma vara recta quando vista parte dentro e parte fora de água, ver a Figura 1)⁹.

3: *O* existe de forma independente da mente (realismo).

4: *O* não tem a propriedade *F* no instante e nas condições em que é percebido (2).

Entimema: a verificação da não existência de *F* em *O* é feita por processos cognitivos independentes da percepção (por 2, 3 e 4).

5: Há casos em que a percepção apresenta os objectos com propriedades inexistentes que nos aparecem como existentes (por 2, 3, 4 e entimema).

6: Não há um ponto de vista privilegiado que permita a um agente distinguir a experiencial perceptual verídica de *O* da ilusão perceptual de *O* — uma vez que *qualquer* experiência (conteúdo fenoménico) do agente seria a mesma no caso da ilusão e no caso em

⁸ Para formulações do PIP ver Dancy (1995), Goldman (1976) e Noë (2002). E para do PAP ver Burge (2005) e Nozick (1981).

⁹ Créditos do gráfico: <http://www.animatedscience.co.uk>. A explicação física convencional da ilusão passa por afirmar que o ponto focal da luz que adentra os olhos emanando para a parte imersa na água é diferente do que seria se o mediador físico, como por exemplo o ar, tivesse menor densidade. É o famoso caso da refração: a densidade do mediador físico modifica o comportamento da luz que nos chega aos olhos provinda do objecto (que já de si é um receptor de luz).

que a vara está de facto curvada (generalização feita a partir de 1, 2, 3, 4, e 5).

7: *Qualquer* conteúdo perceptual que tomamos por verdadeiro e, logo, como representativo do mundo externo pode ser inverídico, porque ilusório (5, 6).

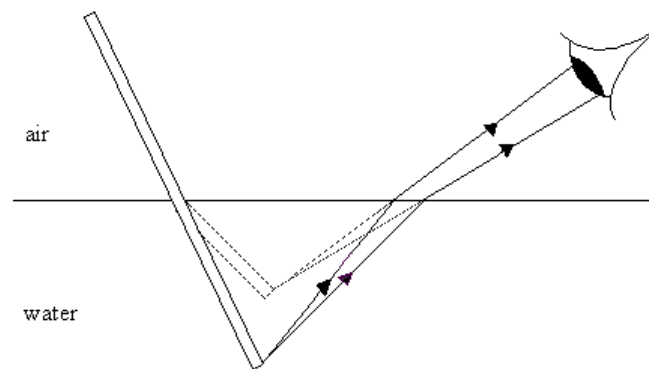


Figura 1

Alguns críticos do PIP (Robinson (1994), Crane (2011)) argumentam contra o chamado Princípio Fenomenal, que acreditam ser o seu principal sustentáculo.

Princípio Fenomenal (PF): Se algo aparece a alguém, por via dos sentidos, que possui uma determinada propriedade (sensorial), então há algo de que o agente está consciente que possui essa propriedade.

(Ver figuras 2 e 3 para exemplos de, respetivamente, ilusões que introduzem putativas propriedades de objectos (Figura 2)¹⁰ e ilusões perceptuais que introduzem ambiguidade interpretativa acerca do objecto (Figura 3)¹¹).

¹⁰ A ilusão de Müller-Lyer (1889). As segundas e terceiras linhas a contar de cima não têm a propriedade de serem maiores do que a primeira linha.

¹¹ Pato-coelho. Imagem discutida, por exemplo, em Wittgenstein (1953), *Investigações Filosóficas*.

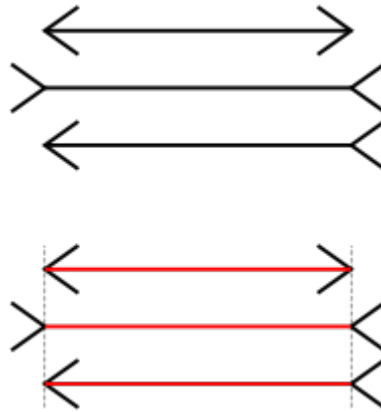


Figura 2

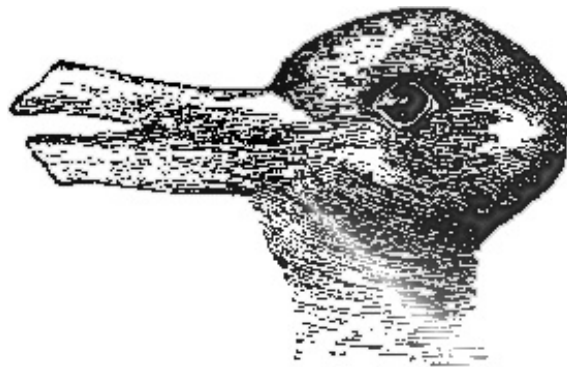


Figura 3

Cada qual à sua maneira, Robinson, partidário da TDS, e Crane, intensionalista, parecem negar que as propriedades “relatadas” por uma experiência sensorial/perceptual de um agente forcem esse agente a comprometer-se com a existência dessas propriedades. *Grosso modo*, essas “propriedades do objecto” ilusório podem ser explicadas como um conjunto de dados dos sentidos (como vimos, mediadores entre o agente e o objecto: ver acima Secção 2.1), no caso da TDS, ou objectos meramente mentais, conteúdos intensionais (ver acima Secção 2.3). Segundo estas posições, o PIP é demitido assim

que o realismo perceptual é abandonado e substituído por teorias da percepção que remetem a experiência perceptual ilusória ou inverídica para o modo como a nossa mente interpreta e age sobre os dados dos sentidos.

3.3 O problema da alucinação

A figura 4 produz uma experiência visual (logo, uma experiência perceptual) de um triângulo inexistente.¹² O conteúdo fenoménico dessa experiência apresenta pois um objecto que não existe. Diz-se que estes não são casos de ilusão mas de alucinação. A diferença dos casos de alucinação perceptual relativamente aos de ilusão perceptual consiste justamente em que, nos primeiros, o objeto independente da mente que *parece* estar na base da experiência perceptual é um putativo objecto.

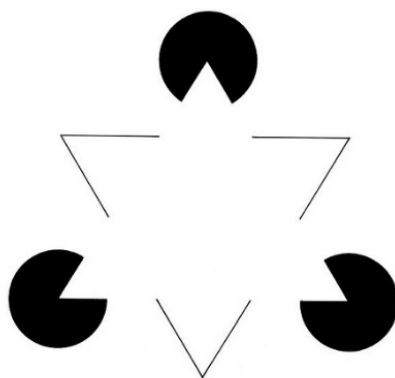


Figura 4

O PAP assenta pois num argumento muito idêntico ao que sustenta o PIP:

- 1: Existem *alegadamente* dois modos de perceber objectos: um modo verídico e um modo alucinatório, ou inverídico (suposição teórica).

¹² Triângulo ilusório: Kanizsa (1976).

2: No modo alucinatório, a percepção apresenta – via experiência sensorial e respectivo conteúdo fenoménico – um putativo objeto *O*.

3: *O não existe independente da mente.*

4: Há casos em que a alucinação apresenta os objectos inexistentes que nos aparecem como se fossem existentes (por 2 e 3).

5: A experiência perceptual verídica de *O* e a alucinação perceptual de *O* são indistinguíveis (cenários cépticos radicais: (i) sonho indistinguível da realidade, (ii) génio maligno, (iii) cérebro na cuba, etc).

6: *Qualquer* conteúdo perceptual que tomamos por verdadeiro e, logo, como representativo do mundo externo pode ser inverídico (5, 6).

Uma maneira de contornar o PAP é sugerir que perceber é uma actividade mental diferente de actividade mental de alucinar, sendo que a primeira é factiva e a segunda não. Esta resposta incorre porém numa clara petição de princípio, pois o que está em causa é justamente o carácter de factividade da percepção. O céptico reclama que (5) é verdadeira porque reclama que os conteúdos perceptuais que *poderiam* constituir evidência para um agente distinguir uma situação em que está massivamente enganado acerca do mundo externo e uma situação em que não está *podem* ser exactamente iguais.¹³

Uma segunda estratégia é responder ao PAP como alguns teóricos dos dados dos sentidos ou do representacionalismo respondem ao PIP. *Grosso modo*, as experiências perceptuais e os seus conteúdos não têm de ser causadas por objectos independentes da mente que percebe. Mas parece óbvio que esta estratégia faz cair por terra a

¹³ Recordemos o caso de Neo no filme *Matrix* (1999). Estando numa situação em que tudo lhe parece idêntico ao que seria o real percepcionável, a experiência perceptual de Neo não lhe confere os poderes discriminatórios que lhe permitiriam distinguir a factividade ou não factividade dos seus conteúdos perceptuais. Com efeito, *nenhum* dos putativos objectos percepcionados por Neo na *Matrix*, *qua* percepcionados dessa forma, tem uma existência independente da sua mente.

distinção entre a percepção *representar* objectos e *apresentar* objectos. E, se assim fosse, cairiam por terra algumas intuições realistas acerca da percepção que mesmo os defensores do realismo indirecto podem não estar preparados para abandonar.

3.4 Disjuntivismo

Respostas contemporâneas ao PIP e ao PAP partem da teoria da percepção conhecida por disjuntivismo (Soteriou 2014). Crucialmente, os disjuntivistas rejeitam a hipótese de que a experiência perceptual na base da percepção verídica, da ilusão e da alucinação é igual ou do mesmo tipo. Assim, o disjuntivismo, encarado genericamente, tenta bloquear os passos 6 do PIP e 5 do PAP. Mas essa estratégia não passa por tentar bloquear a intuição de que do ponto de vista instrospectivo do sujeito que percepção as suas experiências perceptuais no caso de percepção verídica e inverídica *parecem* e *são* indistinguíveis. A estratégia passa por mostrar que embora o agente possa não dispor dessa capacidade discriminatória, ainda assim as experiências perceptuais e os seus conteúdos são *objectivamente* diferentes. Assim, a conclusão óbvia do disjuntivismo é a de que os estados mentais de percepção verídica podem ser fonte de conhecimento.

Luís Estevinha Rodrigues
UFC/CNPq/LANCOG

Referências

- Aristóteles. 2011. *Da Alma*. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro.
- Audi, Robert. 2011. *Epistemology, A Contemporary Introduction to The Theory of Knowledge*. New York and London: Routledge (3rd).
- Ballard, Dana. J. 2002. Our Perception of the World has to be an Illusion. *Journal of Consciousness Studies* 9: 54-71.
- Berkeley, George. 2000. *Tratado dos Princípios do Conhecimento Humano*. Trad. Vieira de Almeida. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda (originalmente publicado em 1710).
- Burge, Tyler. 2005. Disjunctivism and Perceptual Psychology. *Philosophical Topics* 33: 1-78.
- Byrne, Alex. 2001. Intentionalism Defended. *Philosophical Review* 110: 199-240.
- Crane, Tim. 2014. The Problem of Perception. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.).
- Dancy, Jonathan. 1995. Arguments from Illusion. *The Philosophical Quarterly* 45: 421-38.

- Fodor, Jerry and Pylyshyn, Zenon. 1981. How Direct is Visual Perception?: Some Reflections on Gibson's "Ecological Approach". *Cognition* 9: 139-196.
- Gibson, James. 1979. *The Ecological Approach to Visual Perception*. Boston: Houghton Mifflin.
- Goldman, Alvin. 1976. Discrimination and Perceptual Knowledge. *The Journal of Philosophy* 73: 771-791.
- Jackson, Frank. 1975. On the adverbial analysis of visual experience. *Metaphilosophy* 6: 127-35.
- Kant, Immanuel. 1997. *Crítica da Razão Pura*. Trad. de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (originalmente publicado em 1781).
- Knuuttila, Simo and Karkkaenen, Pekka. 2008. *Theories of Perception in Medieval and Early Modern Philosophy*. Springer on-line. doi: 10.1007/978-1-4020-6125-7
- Locke, John. 2012. *Ensaio sobre o Entendimento Humano*. Trad. Pedro Pimenta. São Paulo: Martins Fontes (originalmente publicado em 1700).
- Ludwig, Kirk. 2006. Is the aim of perception to provide accurate representations? In *Contemporary Debates in Cognitive Science*, ed. by Robert J. Stainton. Oxford: Blackwell.
- Moore, George Edward. 1913. The status of sense-data. *Proceedings of the Aristotelian Society* 14: 355-81.
- Noë, Alva. 2001. What it is Like to See: A Sensorimotor Theory of Perceptual Experience. *Synthese* 129: 79-103.
- Noë, Alva. 2002. Is The Visual World a Grand Illusion? *Journal of Consciousness Studies* 9 (5-6): 1-12.
- Noë, Alva and O'Regan, Kevin. 2001. What it is Like to See: A Sensorimotor Theory of Perceptual Experience. *Synthese* 129: 79-103.
- Noë, Alva and Thompson, Evan. (Editors). 2002. *Vision and Mind: Selected Readings in the Philosophy of Perception*. Cambridge: MIT Press.
- Nozick, Robert. 1981. *Philosophical Explanations*. Washington DC: Library of Congress.
- Robinson, Howard. 1994. *Perception*. London: Routledge.
- Russell, Bertrand. 2001. *The Problems of Philosophy*. Oxford: Oxford University Press (originally published in 1912).
- Searle, John. 2002. *Intencionalidade*. Tradução de Júlio Ficher. São Paulo: Martins Fontes.
- Siegel, Susanna. 2013. The Contents of Perception. In *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.)
- Tye, Michael. 1984. The Adverbial Approach of Visual Experience. *Philosophical Review* 93: 195-226.
- Viger, Christopher. 2006. Is the aim of perception to provide accurate representations? A Case for de "no" side. In *Contemporary Debates in Cognitive Science*, ed. by Robert J. Stainton. Oxford: Blackwell.

Imagens:

- Figura 1: [Animatedscience-@-uk](http://www.animatedscience.co.uk).
- Figura 2: Müller-Lyer, Franz. 1889. 'Linhas ilusórias'.
- Figura 3: Wittgenstein, Ludwig. 1953. 'Pato-coelho'.
- Figura 4: Kanizsa, Gaetano. 1976. 'Triângulo ilusório'.

Películas cinematográficas:

- Wachowski, Andy. and Wachowski, Lana. 1999. *The Matrix*.